

NOTA TÉCNICA Nº 2025/005**Processo: Procedimento Licitatório Nº 2024/003**

Assunto: Julgamento de Recurso Administrativo

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação digital, para prospecção, planejamento, implementação, manutenção e análise de soluções de comunicação digital, no âmbito do contrato, criação e execução técnica de ações e/ou produtos de comunicação digital, criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação digital e gerenciamento de redes sociais, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital e seus Anexos.

Alçada: Diretoria Executiva - ME ALÇADAS – 2.2.1 Combinado com a Lei 13.303/2016.

A Comissão Especial de Licitação do Banco da Amazônia S/A, nomeada pela Ordem de Serviço nº **2024/046**, para atuar no processo licitatório denominado **Procedimento Licitatório Nº 2024/003**, apresenta abaixo os subsidios e análise, que serviram de base para os atos proferido no âmbito do referido processo administrativo quanto aos recursos apresentados.

A presente licitação é regida na forma de execução indireta, cujo procedimento da fase externa será regido sob a égide da Lei 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações do Banco da Amazônia S/A.

Segundo o artigo 59, § 1º, da Lei 13.303/2016, após ter sido declarado o vencedor da licitação e após a fase de habilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5(cinco) dias úteis para apresentar as razões do recurso.

Conforme está previsto, no artigo 51, inciso VIII da Lei 13.303/2016, bem como no Regulamento de Licitações do Banco da Amazônia em seu item 1 do artigo 50, e ainda no item 12 do edital, a fase recursal é única, ou seja, os recursos serão apresentados após o julgamento final da licitação.

DA TEMPESTIVIDADE E ADMISSIBILIDADE

No prazo estabelecido pela Comissão Especial de Licitação e no edital para interposição de intenções de Recursos e dos Recursos propriamente ditos, as empresas **ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.033.844/0001-52**, doravante citada como **ICOM** e **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **03.958.504/0001-07**, doravante também citada como **PARTNERS**, enviaram suas peças recursais dentro do prazo.

Considerando que qualquer licitante é parte legítima para recorrer da decisão tomada pelo Comissão Especial de Licitação responsável pelo certame e que os pressupostos recursais de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação foram devidamente observados pelas empresas recorrentes, os recursos foram recebidos e analisados.





As razões recursais foram apresentadas no dia 23/01/2025 enviadas através do e-mail licitacoes@basa.com.br, conforme previsto no edital, dentro do prazo estipulado no item 12, subitem 12.1, do edital acima mencionado, sendo, portanto, tempestivos. Os recursos interpostos foram subscritos por representante habilitado legalmente, com poderes para responder pelos interessados, e devidamente identificados no processo.

HISTÓRICO DA LICITAÇÃO

A licitação ora realizada foi o Procedimento Licitatório 2024/003, é pelo critério de julgamento “Melhor Técnica”.

Em 11 de dezembro de 2024 foi realizada a primeira sessão pública com a participação de 5 (cinco) empresas, tendo sido recepcionado os Invólucros nº 1, 2 e 3, e abertos os invólucros nº 1 (Via não Identificada -Plano de Comunicação) e nº 3 (Capacidade de Atendimento), os quais foram devidamente dados vistas tanto pela comissão de licitação quanto pela comissão dos licitantes, instituída para este fim e o Invólucros nº 2 foi rubricado nos feches.

Ao final, os invólucros nº 1 e 3, foram encaminhados a subcomissão técnica para avaliação e análise quanto aos seus conteúdos das campanhas publicitárias e atribuição da pontuação de cada empresa e o invólucro nº 2 foi guardado no armário para apreciação posterior em sessão pública.

Após análise da subcomissão técnica e atribuída a pontuação aos invólucros nº 1 (via não-identificada) e ao invólucro nº 3 (Proposta Técnica), foi convocada a segunda sessão para abertura do invólucro nº 2 (Via Identificada), em 10/01/2025, onde foi feito o cotejamento entre a documentação do invólucro nº 1 e do nº 2 (Via Identificada), onde neste momento foram identificadas as empresas com seus respectivos conceitos das suas campanhas, e atribuídas as pontuações das propostas técnicas, estabelecendo assim a classificação, conforme abaixo:

CLASSIFICADAS:

EMPRESAS	CONCEITO	PONTUAÇÃO TOTAL	RESULTADO
FLD S/A	A VIDA DA AMAZONIA COMEÇA EM VOCE	98,43	CLASSIFICADA
PARTNERS COMUNICAÇÃO	BANCO DA AMAZONIA: A GENTE RESPIRA O FUTURO	89,39	CLASSIFICADA
ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA	AO LADO DE QUEM VALORIZA NOSSA TERRA	75,39	CLASSIFICADA
CLARA DIGITAL	BANCO DA AMAZONIA: INVESTIMOS NO SEU POTENCIAL	69,04	DESCCLASSIFICADA
VIVERE PRESS COMUNICAÇÃO 360	NÃO APRESENTADO	11,37	DESCCLASSIFICADA

Nesta segunda sessão, também foram abertos os invólucros número 4 (propostas de preços) de todas as licitantes, onde após análise foram estabelecidos os seguintes percentuais de desconto, após as negociações:



BANCO DA AMAZÔNIA

GECOG - Gerência de Contratações e Gestão de Administração de Contratos

COPOL- Coordenadoria de Processos Licitatórios

EMPRESAS	CONCEITO	DESCONTO
FLD S/A	A VIDA DA AMAZONIA COMEÇA EM VOCE	6% (Linear)
PARTNERS COMUNICAÇÃO	BANCO DA AMAZONIA: A GENTE RESPIRA O FUTURO	6% (Linear)
ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA	AO LADO DE QUEM VALORIZA NOSSA TERRA	6% (Linear)
CLARA DIGITAL	BANCO DA AMAZONIA: INVESTIMOS NO SEU POTENCIAL	6% (Linear)
VIVERE PRESS COMUNICAÇÃO 360	SEM CONCEITO	LACRADO

Após a abertura das propostas de preços, conforme prevê o edital, foi aberto o involucro nº 5 (habilitação) da empresa mais bem classificada, que foi a FLD S/A, onde após análise se concluiu pela habilitação da empresa, sendo então declarada vencedora.

DOS RECURSOS

Empresa PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA

A recorrente argumenta:

1 - Alega então a recorrente que a empresa Filadélfia, feriu ao edital, obtendo vantagem indevida por meio de sua proposta técnica, descumprindo os limites de páginas previstos no edital, que seria de 15 páginas, e a proposta técnica da empresa vai até a página 61 – o que, por si só, já demonstraria o amplo e cabal descumprimento do edital – na verdade, devem ser consideradas 68 páginas, à luz do já citado item 1.2.2, pois o Plano de Implementação inclui sete páginas (da 18 a 24) em formato A3, como mostrariam as fotos inseridas no recurso.

2 – Questionamentos de Notas atribuídas.

Em segundo lugar, a empresa questiona a pontuação atribuída a sua proposta técnica, inicialmente em comparação com a proposta da Filadélfia, quanto ao Raciocínio Básico, onde a nota final da empresa Partners foi 9,53 e da Filadélfia, 9,83.

Cita ainda que a propostas da Filadélfia teria vários erros técnicos, como o de que a concorrente aponta resultados, mas em nenhum momento menciona como pretende medi-los.

Outros erros, segundo a recorrida, nesse quesito seriam:

- Ausência da Kwai nas propostas de uso de redes sociais.
- Não há menção para criação de canais em aplicativos de mensagens, como WhatsApp e Telegram;
- Não há menção de nenhum conteúdo a ser produzido para redes de texto como X [antigo Twitter], Treads ou Bluesky, em nenhuma das fases da proposta apresentada.



BANCO DA AMAZÔNIA

GECOG - Gerência de Contratações e Gestão de Administração de Contratos

COPOL- Coordenadoria de Processos Licitatórios

- A linha temática e conceitual é genérica e pouco memorável;
- Finalmente, as fases da proposta (especialmente 1 e 2) são sobrecarregadas de atividades e ações, tornando difícil a execução e o acompanhamento;

3 - Dos pontos retirados da Partners no Subquesto Solução de Comunicação

- Aplicação equivocada do logotipo pela empresa Filadélfia, onde afirma que jamais poderia ser utilizado em um vídeo institucional e podcast produzidos, exclusivamente, pelo e para o Banco.
- Inserção de personagens de culturas diferentes, descontextualizada da cultura local.
- Erro técnico/Falta de acessibilidade
- Inadequação da mensagem, pouca criatividade e repetições.
- Um tutorial que não ensina

4 - Das notas conferidas a Partners no Subquesto Plano de Implementação

Segundo a recorrida, depreende-se que o Plano reproduz a falta de visão estratégica que já era perceptível em toda a proposta técnica, e não se mostra capaz de demonstrar como o BASA pode impulsionar o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio de sua comunicação digital.

5 - Dos pontos retirados da Partners no quesito Relatos.

Questiona que a Subcomissão Técnica retira 1,17 pontos da Partners, embora escreva que "*A qualidade da execução e do acabamento das peças atendeu de forma satisfatória*". Resta a questão: se a ora recorrente atendeu de forma satisfatória, por que foi penalizada?

Empresa ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA

Inicialmente em seu recurso, a recorrente cita no item 8 que após a abertura do invólucro nº 5 contendo os documentos de habilitação da empresa FLD S/A, que a comissão de licitação entendeu que apesar de estar faltando a declaração referente ao Anexo VII, deveria se diligenciar para que a licitantes enviasse a documentação complementar.

No item 9, citou também que na ata da segunda sessão, que as demais empresas licitantes apontaram que não foi identificado nos documentos de habilitação da licitante FLD S/A o documento de habilitação previsto no item A7, página 21 do edital, o qual se refere à experiência da equipe de atendimento e que a FLD S/A registrou que esse aspecto foi objeto de questionamento ao edital e respondido na pergunta nº 22, sobre a comprovação de habilitação no item 13.2.2, sendo a resposta nº 7 do referido esclarecimento.

Prosseguindo a recorrente alega que em relação a sua proposta apresentada, a subcomissão incorreu em grande equívoco na atribuição da sua pontuação atinente aos Relatos de Comunicação Digital apresentados pela IComunicação, pelo fato de a subcomissão técnica ter consignado que a licitante ora Recorrente "atendeu plenamente aos requisitos do edital" mais deixou de lhe atribuir a nota

máxima, isto é, o que seria no mínimo contraditório segundo a recorrida, tendo em vista que a nota máxima foi atribuída a empresa FLD S/A atendendo ao mesmo critério.

A recorrente também questionou a documentação da empresa FLD S/A que teria extrapolado ao limite de páginas previstos no item 1.27 do edital, assim como o fez a recorrente PARTNERS, e que por isso teria ocorrido manifesta vantagem competitiva em relação ao seu plano de comunicação.

Questiona ainda que a recorrida teria extrapolado o limite de páginas para o orçamento, de acordo como os subitens 1.3.4.1,"a" , "b" e 1.3.4.2 do edital, referente a verba referencial no valor de R\$ 16.000.000,00(dezesseis milhões), e portanto a Recorrida deixou de prever em seu orçamento os valores corretos com base na planilha do Apêndice I, de modo que **ultrapassou o orçamento previsto pelo edital em R\$36.520,00** (trinta e seis mil e quinhentos e vinte reais), revelando-se, assim, inexequível a proposta de campanha por ela apresentada, diante do valor disponível para o exercício.

Em relação a documentação da empresa PARTNERS.

Questiona também a recorrente sobre a documentação da empresa PARTNERS, quanto ao descumprimento dos itens 1.3.3.3 do edital, obtendo vantagem competitiva.

Segundo a recorrente, o subitem 1.3.3 do Apêndice II do Edital, que trata da apresentação e julgamento das propostas técnicas, dispõe expressamente que, para o subquesto "Solução de Comunicação Digital", deve-se incluir a *"relação de todas as ações e/ou peças de comunicação digital que a licitante julga necessárias para superar o desafio e alcançar os objetivos de comunicação estabelecidos no briefing, com o detalhamento de cada uma"*.

Diz que Embora o Edital estabeleça limite para a apresentação de 10 peças exemplificadas, nos termos do item 1.3.3.2 do mesmo Apêndice, caso a proposta do licitante indique um número superior de ações ou peças, estas devem ser apresentadas em bloco diverso.

DAS CONTRARRAZÕES

Empresa FLD S/A

Em suas contrarrazões, a recorrida refutou todos os argumentos das recorrentes sendo:

Segundo a recorrente, a afirmação da extrapolação das páginas limites do Plano de Implementação com mais de 15 páginas, seria absolutamente temerária e demonstra a falta de interpretação do próprio Edital.

Segundo a recorrida, para a contagem das páginas da Proposta Técnica, o Edital determinou 2 limites distintos:

- *"Item 1.2.6. Os textos do Raciocínio Básico, da Estratégia de Comunicação Digital e da relação prevista na alínea 'a' do subitem 1.3.3 estão limitados, no conjunto, a 15 (quinze) páginas."* e



- *"1.2.7. Os textos do Plano de Implementação estão limitados, no conjunto, a 15 (quinze) páginas."*

Ao discriminar a quantidade de páginas limite do item 1.2.6, o Edital foi claro no sentido de que o limite de 15 páginas deveria englobar os textos do Raciocínio Básico, da Estratégia de Comunicação Digital e da relação prevista na alínea 'a' do subitem 1.3.3, que seria a *"relação de todas as ações e/ou peças de comunicação digital que a licitante julga necessárias para superar o desafio e alcançar os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing, com o detalhamento de cada uma"*

Ou seja, o Edital discrimina especificamente no item 1.2.6 todo o conteúdo que deve estar dentro do limite de 15 páginas.

Para o plano de implementação, assim como no item 1.2.6, o edital foi taxativo determinando também o limite de 15 páginas, para os TEXTOS do plano.

- "1.2.7. Os textos do Plano de Implementação estão limitados, no conjunto, a 15 (quinze) páginas. (grifos nossos)"*

A recorrida alega que o Plano de Implementação consiste em 3 (três) partes distintas, conforme a descrição do próprio item 1.3.4, quais sejam: **defesa do plano**, que neste caso trata-se do **TEXTO** com a apresentação dos argumentos e meios que motivaram a apresentação daquele plano com as soluções, peças, ações e seus objetivos dentro da estratégia; além do **TEXTO** da defesa, seja apresentado o **"a" CRONOGRAMA** e **"b" ORÇAMENTO**

Assim, afirma que se trata de uma interpretação lógica e de fácil compreensão. O limite do item 1.2.7 diz respeito à parte de **TEXTO** do Plano de Implementação, que é a parte técnica da defesa, que segue os limites do edital para que todas as licitantes tenham o mesmo espaço para discorrer sobre a sua ideia.

Ao contrário dos textos que são formatados igualmente por todas as licitantes, para o Cronograma e Orçamento não existe uma determinação expressa do seu formato, justamente porque cada agência tem a sua forma de mostrar esses 2 itens. Por esse motivo, o Edital não exige uma limitação de laudas para esses 2 anexos, porque a sua formatação é particular, sem ter como predeterminar essas formas.

Segundo a recorrida, caso não fosse esse o interesse do Edital, deveria ter inserido no item 1.2.7 que o limite de 15 páginas se aplicariam à defesa do plano e para a relação prevista nas alíneas A e B do item 1.3.4, assim como foi explicitamente no item 1.2.6, quando o Edital incluiu no limite de 15 páginas alínea 'a' do subitem 1.3.3. Ou seja, o limite de 15 páginas do Plano de Implementação é restrito AOS TEXTOS e não aos gráficos, quadros, tabelas e planilhas das alíneas A (cronograma) e B (orçamento), que, repita-se possuem formatos distintos e seria impossível determinar um modelo padrão.

Continua ainda dizendo que mesmo se os Cronogramas Detalhados apresentados fossem considerados TEXTOS (o que não é o caso, já que se trata apenas do cronograma detalhado de entregas), o limite de 15 5 páginas não estaria ultrapassado, já que foram apresentadas 6 folhas em papel A3 (fls. 18 a 23, contando como 2 páginas a cada papel A3, totalizando 12 páginas), que somadas às fls. 16 e 17, totalizariam 14 páginas).

  



BANCO DA AMAZÔNIA

GECOG - Gerência de Contratações e Gestão de Administração de Contratos

COPOL- Coordenadoria de Processos Licitatórios

Do Recurso da ICOM - Ausência de Extrapolação do Orçamento II.2.1. Reedição de Vídeo de Média Complexidade.

Segundo a alegação, a ICOM alega que a proposta apresentada pela FILADÉLFIA supostamente teria extrapolado o valor da “verba referencial”, violando o previsto no item 1.3.4.1 do Edital.

Segundo a recorrida, o edital não estabelece nenhum critério taxativo para a apresentação do Plano de Implementação, ficando à critério de cada agência o detalhamento das peças e ações de acordo com a estratégia da campanha apresentada.

Informa ainda que a FILADÉLFIA apresentou um orçamento de R\$ 15.964.520,00, ou seja, valor inferior ao limite de R\$ 16.000.000,00, e que alguns itens supostamente teriam extrapolado o orçamento.

Diz, portanto, que não há qualquer erro no orçamento apresentado, onde apresentou a planilha de custos onde dispõe sobre o serviço de Reedição de Vídeo para uso em ambientes digitais, onde justifica os valores cotados de R\$ 9.000,00 a cada reedição e refuta todas as alegações da recorrente.

Do descumprimento do item 1.3.4.2 do Edital - II.3.1. “Ativação: O filme Hero Raízes que Transformam”

A ICOM alega que a FILADÉLFIA “descumpriu o item 1.3.4.2. do edital, o qual determina que todas as ações e/ou peças de comunicação digital apresentadas devem estar contempladas no Plano de Implementação, tanto no cronograma como no orçamento.”

Segundo consta da peça recursal, muito embora a licitante tenha previsto a “Ativação: O filme Hero ‘raízes que transformam’” na Fase 3 do Plano de Implementação (página 17 da proposta), deixou de trazê-la tanto no cronograma quanto no orçamento.

Contudo, segundo a recorrida, o filme foi corretamente orçado e não há nenhum erro, e que se ressalta que foi apenas uma forma de formatação que pode não ter ficado clara para a Recorrente, mas que ao final cumpre os requisitos do edital, já que a peça citada está corretamente orçada.

Da não inclusão do “Filme Amazônia no Palco do Mundo no cronograma e no orçamento”.

Segundo a ICOM, a FILADÉLFIA descumpriu o Edital ao não contemplar “Amazônia no Palco do Mundo” no cronograma e no orçamento.

Segundo a recorrida, mais uma vez, equivocada a interpretação da ICOM, que tenta maliciosamente induzir esta Comissão a erro com ilações, visando reverter um resultado de mais de 20 pontos de uma proposta técnica para tentar sagrar-se vencedora do certame, mesmo não sendo, de longe, a licitante mais bem classificada.

Assim, conclui que com uma simples análise, é possível confirmar que todos os demais vídeos da fase 4 estão corretamente indicados e orçados, sendo que o citado “filme institucional” não está em nenhum outro local. O filme foi corretamente orçado e consta no orçamento.



Por fim, quanto a solicitação das recorrentes PARTNERS e ICOM de majoração da suas notas, Os argumentos suscitados pelas Recorrentes não passam de mero inconformismo quanto à sua classificação no certame e diz que, após a abertura dos envelopes das propostas, feito o cotejo para identificação das licitantes, o pedido de revisão de notas por mero inconformismo, com grau evidente de subjetividade não deve ser sequer analisado pela comissão julgadora, sob pena inclusive de violar o princípio do julgamento apócrifo que é fundamental para o processo de comunicação.

PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA

Em suas alegações, a recorrente PARTNERS, transcorreu sobre o questionamento pela empresa FILADELFIA quanto seguintes pontos:

- 1 - Ao pedido de desclassificação da Partners por extrapolação de limite de páginas;
- 2 - De que excedeu o número de dez peças exemplificadas permitidas;
- 3 - Apresenta orçamento com produtos incompatíveis às ações previstas; e
- 4 - De que fere o edital ao apresentar as peças exemplificativas

Segundo ao primeiro questionamento, a empresa diz que sua documentação não ultrapassou em dezenas de páginas, nem mesmo em uma página completa o limite previsto no edital, mas em apenas quatro linhas de texto. Diz que sua documentação foi formatada para respeitar o limite do edital, mas no momento da impressão, o software de texto de texto utilizado deslocou quatro linhas de texto para a página seguinte e que isso não conferiu nenhuma vantagem para a recorrida.

Quanto ao segundo ponto, afirma a recorrida que o que a IComunicação não observou, ou não se preocupou em verificar, é que não há, aqui, nenhuma variação de abordagem e formato, nem se trata de três podcasts diferentes: **as três imagens apresentadas se referem exatamente ao mesmo e único podcast, que foi apresentado como uma só unidade de peça, completa e profissionalmente editada**, o que só demonstra a competência e o apuro técnico da Partners.

Em relação ao terceiro questionamento, que trata do orçamento, cita que o edital exigia apresentar **“apenas 10 peças exemplificadas” e alinhar a precificação de 33 vídeos premium – quantidade de vídeos compatível com a relevância da campanha proposta, com a Estratégia apresentada e com a verba disponibilizada** – comprova exatamente que a Partners não estava propondo gastar mais de 15 milhões de Reais em dez peças, ou seja, o argumento da IComunicação não tem sentido.

Quanto à alegação de que a Partners fere o edital ao apresentar as peças exemplificadas

Cita que, também não procede a alegação de que a Partners ignora o edital ao apresentar seu caderno de peças, *“incluindo elementos que não estão especificados no detalhamento das ações”*. **Ao apresentar o Caderno de Peças, a Partners, na verdade, simplesmente cumpriu o edital ao enunciar o veículo, a natureza da peça e o público-alvo.** De forma alguma, novos elementos foram acrescentados, e não utilizar exatamente as mesmas palavras na Solução inserida na Proposta Técnica e na apresentação do Caderno de Peças **não caracteriza falta, nem é uma exigência do edital**, como pretende a IComunicação.



DA ANÁLISE DO RECURSO PELA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

DO PARECER TÉCNICO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Tendo em vista todos os pontos questionados tratar-se de aspecto técnico, os recursos foram repassados à Subcomissão Técnica, onde suas manifestações constam no relatório técnico, que vai como anexo a essa Nota Técnica.

As análises e as respostas emitidas pela Subcomissão Técnica foram relacionadas aos seguintes itens por empresa:

1 - QUESTIONAMENTOS NO RECURSO DA ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA

1.1 - Da solicitação da majoração da nota que subquesto “Relatos de Soluções de Comunicação Digital”

1.2 - Quanto ao questionamento sobre o provimento do presente recurso a fim de que a FLD S/A seja desclassificada do presente certame em razão do inconteste descumprimento das normas estabelecidas, ao extrapolar não apenas o orçamento estabelecido no instrumento convocatório, mas também o limite de páginas.

1.3 1.3 - Em relação ao se extrapolar não apenas o orçamento estabelecido no instrumento convocatório - Reedição do Vídeo Mini Noticiário Hora da Amazônia.

1.4 - Não apresentação do orçamento da série “Amazônia e suas oportunidades”

1.5 - Não apresentação do filme “Raízes que Transformam”

1.6 - Não contemplação do filme “Amazônia Palco do mundo”

Assim, quantos aos argumentos apresentados pela empresa ICOM, a Subcomissão Técnica entendeu pela procedência parcial apenas em relação a majoração da sua nota.

2- DOS QUESTIONAMENTOS DA ICOM EM RELAÇÃO A EMPRESA PARTNERS

2.1- Do integral provimento do presente recurso a fim de que a Partners seja desclassificada do certame em virtude do descumprimento das disposições do instrumento convocatório; e/ou em relação ao limite de páginas.

2.2 - Em relação ao excesso do número de peças

2.3 - Apresentação de orçamento com produtos incompatíveis

2.4 - Apresentação de descrição e exemplificação nas peças e ações

2.5 Quanto a solicitação pela ICM a solicitação de diminuição drástica da pontuação tanto da Filadélfia quanto da Partners em virtude do frontal descumprimento do instrumento convocatório.



A Subcomissão Técnica entendeu também pela não procedência do argumento da Recorrente, devendo ser julgado improcedente.

3 - DOS RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.

3.1 - A PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA requer o acolhimento do recurso ora interposto para desclassificar a proposta técnica da licitante FDA S.A (Filadélfica), pelo gravíssimo descumprimento de normas do edital, que gerou vantagem competitiva indevida e a consequente atribuição de maiores notas, conforme argumentado no Título II, A destes recursos.

3.2 - Por absoluta eventualidade, caso venha a ser motivadamente superada questão acima, solicita a ora recorrente que as suas notas sejam revistas e majoradas, e que os pontos indevidamente retirados sejam restaurados, à luz dos comparativos do Título II, B, deste recurso, que comprovam que, por critérios isonômicos, sua classificação final no julgamento foi prejudicada.

Todas as respostas quanto ao recurso e contrarrazões da empresa Partenrs constam do relatório da Subcomissão Técnica que vai em anexo a esta Nota Técnica.

Vale destacar que a Subcomissão Técnica manteve, durante todo o julgamento, a neutralidade voltada a análise, obedecendo aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da boa-fé, além de outros basilares para uma análise sem vícios, o qual a pontuação será mantida integralmente.

CONCLUSÃO

Por fim, a subcomissão técnica analisou os recursos e entendeu pela admissibilidade dos mesmos, porém, decidiu, no mérito, DAR PROVIMENTO PARCIAL aos questionamento da ICOM quanto a majoração da sua nota para 25,00, quanto ao subquesto "Relatos de Soluções" do Invólucro nº 3, conforme consta no relatório, por se tratar de critério objetivo, com a aceitação do recurso e evidente reconhecimento de erro da Subcomissão Técnica dos recursos interpostos, mantendo a decisão original proferida quanto aos demais itens no âmbito do julgamento das propostas técnicas.

NEGAR PROVIMENTO TOTAL ao recurso interposto pela PARTNERS, mantendo a decisão original proferida.

DA ANÁLISE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Inicialmente, informa-se que as licitações e contratações pela administração pública de serviços de Comunicação Digital, são regidos pela Lei nº 12.232/2010, diferenciando-se de outros tipos de contratação, onde os serviços ou contratos de Comunicação Digital envolvem uma série de serviços que utilizam a internet e as mídias digitais para promover produtos, serviços e a própria marca. Entre os principais serviços realizados em Comunicação Digital temos:

1. **SEO (Search Engine Optimization):** Otimização de sites para melhorar o posicionamento nos mecanismos de busca, aumentando a visibilidade e o tráfego orgânico¹.

2. **Produção de Conteúdo:** Criação de textos, vídeos, infográficos e outros tipos de conteúdo para blogs, redes sociais e sites, com o objetivo de atrair e engajar o público¹.
3. **Gestão de Redes Sociais:** Planejamento e execução de estratégias para aumentar a presença e o engajamento nas redes sociais, incluindo a criação de posts, interação com seguidores e análise de métricas¹.
4. **E-mail Marketing:** Envio de campanhas de e-mail para promover produtos, serviços ou conteúdos, mantendo um relacionamento contínuo com os clientes¹.
5. **Publicidade Online (Google Ads, Social Ads):** Criação e gestão de anúncios pagos em plataformas como Google, Facebook, Instagram, entre outras, para alcançar um público específico e aumentar as conversões¹.
6. **Automação de Marketing:** Uso de ferramentas para automatizar tarefas repetitivas de marketing, como envio de e-mails, segmentação de leads e nutrição de clientes potenciais¹.

A principal diferença é que a comunicação digital é mais voltada para a promoção e engajamento online, utilizando estratégias específicas para alcançar e converter o público-alvo através de canais digitais.

Nessa seara, considerando que existem elementos não objetivos e, essencialmente, criativos que precisam ser avaliados quando do julgamento das propostas técnicas, é importante ressaltar os mecanismos estabelecidos no Edital de Procedimento de Licitação nº 2024/003, quais sejam:

- Composição, mediante sorteio, de Subcomissão Técnica, com expertise necessária para essa análise;
- Campanha Simulada anônima por meio do Invólucro nº 01 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada), visando garantir a isenção e imparcialidade na avaliação;
- Avaliação da capacidade de atendimento do licitante, assim como o nível dos trabalhos por ele realizados para outros clientes, por meio do Invólucro nº 03, nos termos do art. 8º da Lei 12.232/2010.

Cumprir registrar que todos os procedimentos acima descritos foram devidamente adotados, em consonância com as determinações constantes no instrumento convocatório, sem que fosse apresentado nenhum questionamento ou impugnação quando da realização do sorteio para composição da Subcomissão Técnica, bem como quando do recebimento dos Invólucros ocorrido na primeira sessão pública, salvo manifestações pontuais e formais sobre a quantidade de páginas dos invólucros a cujo conteúdo foi avaliado pelos licitantes e pela Comissão Especial de Licitação.

A análise técnica das propostas, realizada pela Subcomissão Técnica, leva em consideração as regras estabelecidas no ANEXO II - APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, que determina critérios de avaliação para cada subquestito, como resultado dessa avaliação cada avaliador registrou sua nota para cada Invólucros nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada) e, em seguida, foram avaliados os Invólucros nº 3 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) das licitantes.



BANCO DA AMAZÔNIA

GECOG - Gerência de Contratações e Gestão de Administração de Contratos

COPOL- Coordenadoria de Processos Licitatórios

Cabe esclarecer ainda que todos os questionamentos apresentados nos recursos pelas licitantes, tratou-se de itens eminentemente técnicos e que versaram sobre as propostas técnicas, onde a competência para responder as perguntas recaem especificamente sobre a subcomissão técnica, que assim o fez, conforme acima demonstrado na parte do relatório da análise da subcomissão.

Nesse entendimento, quem tem autonomia para analisar as propostas técnicas e em casos específicos a revisão das notas proferidas é a subcomissão técnica, e não a Comissão Especial de Licitação, como está previsto tanto na Lei 12.232/2010, como na Instrução Normativa 01/2023/SECOM-PR.

Vejamos o que dispõe, o artigo 40, Parágrafo Único da IN 01/2023:

“Os atos da subcomissão técnica na análise e julgamento das propostas técnicas não poderão ser supridos pela comissão de contratação, não havendo relação de subordinação entre a comissão de contratação e a subcomissão técnica.”

Em todos os questionamentos apresentados pelas recorrentes, houve a solicitação tanto da desclassificação das recorridas, quanto de revisão de notas atribuídas a diversos quesitos que faziam parte da proposta técnica, atribuição essa que como já dito, é legalmente da subcomissão técnica.

Em relação a alterações de pontuações, tanto a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, bem como a IN 01/2023 – SECOM, já definiram que tais pontuações, mesmo após a interposição de recursos administrativos, quanto a pontuação inicialmente atribuída as agências licitantes não poderá ser modificada, salvo em situações excepcionais em que houver irregularidades objetivas.

Na IN 01/2023 – SECOM, vemos essa possibilidade de reavaliação de pontos, em apenas um caso:

Artigo 29 – No que diz respeito à proposta técnica, serão observadas as seguintes disposições a constarem de edital:

(...)

II – subcomissão técnica reavaliará pontuação atribuída a um quesito ou subquesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito ou subquesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, em conformidade com os critérios objetivos dispostos no edital;

Assim, quanto ao primeiro ponto, baseado nos recursos apresentados bem como nas contrarrazões, e baseado na análise da subcomissão técnica, nos parece acertada a decisão, de se altear a nota da empresa **ICOM** pois se tratou de erro material em relação ao critério objetivo definido no Edital.

Conforme demonstrado na análise dos recursos pela subcomissão técnica, todos os demais questionamentos versaram sobre pontos subjetivos, o que por si só não foram suficientes para alterarem a pontuação já atribuída aos licitantes.

Em relação aos pedidos de revisão da pontuação atribuída às propostas técnicas dos licitantes, em razão de sua natureza exclusivamente técnica, foram apreciados pela Subcomissão Técnica, tendo o resultado e suas justificativas sido registrados por meio de Relatório, nos julgamentos dos recursos do Procedimento Licitatório 2024/003, que vai em anexo, cujos termos constam do parecer transcrito no



tópico ANÁLISE DOS RECURSOS - DO PARECER TÉCNICO, e que serão divulgados no site do Banco.

Quanto aos questionamentos da empresa **ICOM** e da empresa **PARTNERS** sobre as extrapolação dos limites de páginas, supostamente em desacordo com o edital, entendeu a Subcomissão Técnica que tais limites estão de acordo com as diretrizes do edital e a prática comum em processos licitatórios, onde as planilhas de preços ou orçamentárias, quando exigidas, não são consideradas como parte do conteúdo textual da proposta, pois teriam função distinta e visam apresentar dados quantitativos ou financeiros, não configurando, portanto, "texto" propriamente dito, e como tal devem ser tratadas separadamente das páginas de conteúdo textual.

Desta forma, nitidamente a subcomissão técnica concordou com a interpretação dada pela empresa recorrida, FLD S/A, onde nas suas contrarrazões no item 28 afirmou: **"Veja que cada agência apresenta seus anexos com formatos, formas, modelos, totalmente distintos. Por esse motivo, o edital não inseriu no item 1.2.7 as alíneas "a" e "b" como parte do limite das 15 páginas, se limitando a consignar que o limite é somente para a parte de TEXTO do Plano de Implementação."**

Quanto aos demais questionamentos, os quais são eminentemente técnicos e versavam sobre as propostas técnicas, que tratavam sobre extrapolação de orçamento quanto a: **"Reedição do vídeo Mini Noticiário Hora da Amazônia", "Não apresentação do orçamento da série", "Amazônia e suas oportunidades", "Não apresentação do filme "Raízes que Transformam", "Não contemplação do filme "Amazônia Palco do mundo", "em relação ao excesso do número de peças", "Apresentação de orçamento com produtos incompatíveis", bem como "Apresentação de descrição e exemplificação nas peças e ações", todos foram analisados pela Subcomissão Técnica a qual os julgou improcedente, nada restando a acrescentar.**

Quanto ao recurso da empresa **PARTNERS**, sobre possíveis descumprimentos por parte da empresa FLD S/A do edital que teria gerado vantagem competitiva indevida e a consequente atribuição de maiores notas, a Subcomissão Técnica também analisou e se pronunciou por improcedente, onde afirmou que não encontram respaldo técnico, e que seriam puramente interpretações subjetivas.

No nosso entendimento, tal alteração, afrontaria os princípios que regem o procedimento licitatório, principalmente o princípio da isonomia e do julgamento apócrifo, que já foi objeto de análise pela SECOM-PR, em procedimentos licitatórios no âmbito daquela Secretaria, conforme abaixo:

"Dessa forma, é importante ressaltar que a aplicação do princípio do julgamento apócrifo ao longo da fase recursal do processo licitatório traz consigo a limitação do âmbito de cognição dos recursos administrativos interpostos. Isso significa que, uma vez proferido o julgamento das propostas técnicas pela subcomissão técnica, não é possível haver um novo julgamento e alterações nas notas atribuídas, a não ser em situações excepcionais e objetivas."

É dever do agente público conduzir as licitações com base no princípio do procedimento formal, no entanto, isso não implica confundir procedimento formal com a "excesso de formalismo", que se manifesta pelo apego excessivo à forma em detrimento da finalidade, que no caso consiste em selecionar a proposta mais vantajosa.



Mesmo segundo Hely Lopes Meirelles, "a orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados. (...) **Procedimento formal, entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias**". MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 274.

Sobre o ponto, cumpre destacar os precedentes do TCU sobre o tema, por meio dos trechos dos Acórdãos transcritos a seguir:

Acórdão nº 357/2015 - TCU-Plenário

[Enunciado] Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Acórdão nº 7.334/2009 – TCU - 1ª Câmara

"5. De fato, a administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal, considerando que a exigência editalícia foi cumprida, embora que de forma oblíqua, sem prejuízo à competitividade do certame. 6. Sendo assim, aplica-se o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas ainda as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, § único, incisos VIII e IX, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999." (Destacamos.)

Diante do exposto, é inequívoco que a análise e decisão tomada pela Subcomissão técnica foi adequada, em alinhamento com as regras do edital e a finalidade da licitação.

Cabe destacar e corroborar que a subcomissão Técnica manteve, durante todo o julgamento, a neutralidade voltada a análise, obedecendo aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da boa-fé, do julgamento apócrifo, além de outros basilares para uma análise sem vícios, e mesmo que tenha havido erros formais, não foram suficientes para alterar ou justificar a sua decisão, onde a pontuação será mantida integralmente

Conclusão

Com base em todo o exposto, entendemos que não procede as alegações das recorrentes e que todos os questionamentos foram respondidos pela Subcomissão Técnica, sendo suficientes para se comprovar e manter a capacidade técnica da licitante vencedora, bem como ao atendimento de todas as exigências do edital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Considerando, portanto, que nos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação e pela Subcomissão Técnica, não se configurou nenhuma ilegalidade, considerando ainda que os atos foram amplamente divulgados e atendendo ao princípio da publicidade e do Instrumento Convocatório, da razoabilidade, isonomia e busca da proposta mais vantajosa não incorrendo por isso em nenhuma ilegalidade quanto ao tratamento isonômico a todos os licitantes, pelas medidas adotadas, muito menos quanto a restrição a competitividade do certame, decide-se, amparado na manifestação da **Subcomissão Técnica**, que os recursos interpostos pelas empresas **ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA** CNPJ: **05.033.844/0001-52** e **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº **03.958.504/0001-07**, não devem prosperar, uma vez que não se constatarem fundamentos de fato e de direito que indicassem a necessidade de alteração da decisão da Comissão Especial de Licitação, que declarou a empresa **FLD S/A (Filadélfia)**, inscrita no CNPJ sob nº **24.172.716./0001-34**, vencedora do Procedimento Licitatório 2024/003.

A Comissão Especial de Licitação registra que o Procedimento Licitatório 2024/003, foi autorizado pela Diretoria Executiva, em 09.08.2024, que aprovou a proposição constante do Parecer GEGOG-2024/246, de 08.08.2024.

Informa ainda que o processo licitatório seguiu todos os ritos que determina a legislação, dentre elas a publicação do Edital no site do Banco, e a forma de condução por meio de Comissão Especial de Licitação, primando pela transparência e publicidade dos atos.

ENCAMINHAMENTO

I - Isto posto, a Comissão Especial de Licitação encaminha o assunto a **Diretoria Executiva**, na forma dos artigos 60, 61 e 62 da Lei 13.303/2016, a quem compete deliberar sobre a procedência ou improcedência e tomar conhecimento dos recursos apresentados pelas empresas **ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA** - CNPJ: nº **05.033.844/0001-52** e **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA** - CNPJ nº **03.958.504/0001-07**. No caso de ser negado provimento, propõe-se que o objeto do certame deve ser adjudicado e homologado a licitante **FLD S/A (Filadélfia)**, inscrita no CNPJ sob nº **24.172.716./0001-34**, para um valor estimado de **R\$ 21.308.200,00** (vinte um milhões, trezentos e oito mil e duzentos reais) anuais, com um desconto sobre os serviços na ordem de 6 % (seis por cento), conforme consta na proposta da empresa vencedora do certame, e parecer autorizativo, na forma do item I.

II - É como levamos o assunto à apreciação e deliberação superior;

Belém (PA), 13 de fevereiro de 2025

ELCIO de Sousa Farias
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Handwritten initials: D, V, R



BANCO DA AMAZÔNIA

GECOG - Gerência de Contratações e Gestão de Administração de Contratos

COPOL- Coordenadoria de Processos Licitatórios

ANTÔNIO Lima Pontes

Vice - Presidente

ANA Amélia Lobal Fadul

Membro da Area Técnica

RODRIGO Yannick Silva Souza

Equipe de Apoio